

Armac Locação, Logística e Serviços S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo
em 31 de Dezembro de 2023 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos os resultados do ano consolidado de 2023 da Armac. Nosso modelo de negócio tem como objetivo colocar nosso conhecimento em manutenção e operação de máquinas pesadas a serviço de nossos clientes, trazendo eficiência a partir da redução do tempo ocioso das máquinas e gerando grandes ganhos na execução da manutenção e da operação. Agradecemos a confiança depositada por clientes, fornecedores e parceiros financeiros. Reforçamos nosso compromisso em servir a sociedade e a todos os stakeholders com responsabilidade e eficiência.

DESTAQUES FINANCEIROS E OPERACIONAIS

R\$ milhões	4T23	3T23	QoQ	4T22	YoY	2023	2022	FY23 vs. FY22
Frota de Locação (# de equipamentos)	10.206	10.125	0,8%	9.483	7,6%	10.206	9.483	7,6%
CAPEX	121,3	191,9	(36,8%)	250,5	(51,6%)	575,9	1.258,3	(54,2%)
Receita Bruta	437,7	394,7	10,9%	308,5	41,9%	1.493,8	1.050,4	42,2%
Receita bruta de locação	403,0	372,4	8,2%	289,9	39,0%	1.382,8	989,8	39,7%
EBITDA Ajustado	166,5	168,8	(1,3%)	126,1	32,0%	605,9	434,5	39,5%
% receita líquida de locação	45,7%	50,0%	-4,3 p.p.	48,3%	-2,6 p.p.	48,5%	48,8%	-0,3 p.p.
EBIT Ajustado	114,5	120,9	(5,3%)	83,1	37,8%	420,3	297,3	41,4%
% receita líquida de locação	31,4%	35,8%	-4,4 p.p.	31,8%	-0,4 p.p.	33,6%	33,4%	+0,3 p.p.
Lucro Líquido	45,8	47,9	(4,4%)	51,0	(10,2%)	163,3	148,6	9,9%
% receita líquida	11,5%	13,3%	-1,8 p.p.	18,2%	-6,7 p.p.	12,0%	15,6%	-3,6 p.p.
Dívida Líquida	1.320,5	1.329,9	(0,7%)	1.126,3	17,2%	1.320,5	1.126,3	17,2%
Dívida Líquida / EBITDA UDM	2,06x	2,21x	-0,15x	2,46x	-0,40x	2,06x	2,46x	-0,40x
ROIC Ajustado	29,9%	32,1%	-2,1 p.p.	27,2%	+2,7 p.p.	29,0%	27,9%	+1,1 p.p.
ROIC Contábil	19,3%	20,2%	-0,9 p.p.	17,0%	+2,3 p.p.	18,8%	17,4%	+1,4 p.p.
ROE Contábil	13,7%	14,8%	-1,1 p.p.	10,7%	+3,0 p.p.	13,3%	10,8%	+2,6 p.p.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Como uma Companhia listada no Novo Mercado, a ARMAC está comprometida com o maior padrão de governança corporativa do mercado brasileiro. O amadurecimento da Companhia, a partir da implantação das melhores práticas de governança é essencial para que possamos servir cada vez melhor a todos os nossos stakeholders. No início de 2024, nossa governança era composta por um Conselho de Administração, uma Diretoria Executiva e um Comitê de Auditoria e Riscos.

CAPITAL HUMANO

A cultura e o compromisso de nossas equipes e lideranças são as maiores vantagens comparativas da ARMAC. Investimos continuamente para expandir essas vantagens a partir da formação de cada vez mais mecânicos, motoristas, operadores, engenheiros e administradores que se identificam com nossa cultura. Nossa liderança é formada por profissionais que contam com o apoio da ARMAC para se desenvolverem e estarem à altura dos novos desafios de suas carreiras.

SUSTENTABILIDADE

Nosso modelo de negócio está totalmente alinhado aos princípios da economia circular e do compartilhamento, e gera eficiência às cadeias onde estamos atuando por meio da redução das horas ociosas dos equipamentos e da gestão cuidadosa da manutenção. Além disso, acreditamos que nosso modelo de negócio é o motor de uma grande transformação social para profissionais da linha de frente. Oferecemos programas de formação integral, nos quais os colaboradores participantes dedicam-se exclusivamente à formação após entrarem na ARMAC. Desenvolvemos planos de carreira de Mecânicos com treinamentos presenciais e remotos.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, à Diretoria e aos Conselheiros da
Armac Locação, Logística e Serviços S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Armac Locação, Logística e Serviços S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Armac Locação, Logística e Serviços S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria (“PAA”) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento da receita de prestação de serviços e locação de máquinas, notadamente no período de competência corte ou na efetiva prestação do serviço de locação de máquinas

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e assecuração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Por que é um PAA

Conforme mencionado na nota explicativa nº 20 às demonstrações financeiras, a Companhia possui receita majoritariamente da prestação de serviços e locação de máquinas. Os dados para reconhecimento da receita são incluídos no sistema de forma manual, bem como a receita é registrada quando da emissão da nota fiscal de venda dos serviços prestados; tal procedimento requer controles da Administração para (i) apuração do ajuste da receita entre o período efetivo da prestação de serviço e a data de emissão do documento fiscal e (ii) certificação dos valores a serem reconhecidos em consonância com os contratos pactuados.

Devido à relevância dos montantes envolvidos e às características inerentes ao processo de reconhecimento de receita, incluindo o volume de contratos e o processo de captura de medição do serviço prestado dentro do período de competência, consideramos esse tema como um assunto significativo em nossos trabalhos de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram: (i) entendimento dos controles internos da Companhia para mensuração e reconhecimento das receitas com prestação de serviço; (ii) verificação, por amostragem, das documentações suporte dos serviços de locação realizadas no exercício; (iii) teste de reconhecimento pela competência das receitas, com verificação de documentação suporte, tais como medição e vencimentos dos contratos realizados com os clientes dentro da competência correta; (iv) análise mensal das receitas utilizando dados agregados e desagregados para identificar relações ou movimentações dissonantes às nossas expectativas; e (v) análise das divulgações realizadas pela Companhia nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio de nossos procedimentos anteriormente descritos, consideramos que a apuração e reconhecimento da receita, sua contabilização e as respectivas divulgações em notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (“DVA”) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.

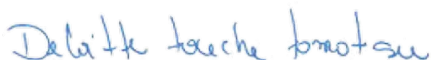
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de março de 2024



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Alessandro Costa Ramos
Contador
CRC nº 1 SP 198853/O-3

ARMAC LOCAÇÃO, LOGÍSTICA E SERVIÇOS S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
<u>ATIVO CIRCULANTE</u>				<u>PASSIVO CIRCULANTE</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	6	254.405	938.358	Fornecedores	14.1	36.176	116.768
Aplicações financeiras	7	475.190	-	Fornecedores convênio	14.2	360.128	167.472
Contas a receber de clientes	8	325.596	237.500	Empréstimos e financiamentos	15	261.370	56.580
Estoques	9	56.525	34.811	Arrendamento mercantil de direito de uso	12.2	8.505	5.138
Tributos a recuperar	10	33.322	68.330	Obrigações sociais e trabalhistas		54.578	35.682
Outros ativos	11	42.898	11.610	Obrigações tributárias		9.313	5.822
Total do ativo circulante		<u>1.187.936</u>	<u>1.290.609</u>	Parcelamentos de tributos		171	154
				Contas a pagar por aquisição de empresas	2	1.959	3.519
				Outras contas a pagar		15.654	1.915
				Total do passivo circulante		<u>747.854</u>	<u>393.050</u>
<u>ATIVO NÃO CIRCULANTE</u>				<u>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</u>			
Depósitos judiciais		1.855	1.464	Empréstimos e financiamentos	15	1.788.717	2.008.093
Outro ativos	11	28.040	640	Arrendamento mercantil de direito de uso	12.2	78.128	70.012
Imobilizado	12	2.639.478	2.313.223	Contas a pagar por aquisição de empresas	2	16.128	14.205
Intangível	13	125.418	125.039	Parcelamentos de tributos		213	344
Total do ativo não circulante		<u>2.794.791</u>	<u>2.440.366</u>	Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	16	166	722
				Tributos diferidos	19.2	121.579	86.028
				Total do passivo não circulante		<u>2.004.931</u>	<u>2.179.404</u>
				<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
				Capital social	18	1.004.034	1.004.034
				Gastos com emissão de ações	18	(45.072)	(45.072)
				Reserva de capital	18	135.008	130.167
				Reserva de lucros	18	140.794	77.511
				Ações em tesouraria	18	(4.822)	(8.119)
				Total do patrimônio líquido		1.229.942	1.158.521
TOTAL DO ATIVO		<u>3.982.727</u>	<u>3.730.975</u>	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>3.982.727</u>	<u>3.730.975</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

ARMAC LOCAÇÃO, LOGÍSTICA E SERVIÇOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida operacional	20	1.360.967	951.754
(-) Custo dos serviços prestados	21	<u>(734.137)</u>	<u>(504.134)</u>
(=) Lucro bruto		626.830	447.620
Despesas operacionais			
(-) Administrativas e comerciais	21	<u>(171.743)</u>	<u>(127.307)</u>
(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro		<u>455.087</u>	<u>320.313</u>
(+) Receitas financeiras	22	99.056	126.974
(-) Despesas financeiras	22	<u>(355.307)</u>	<u>(279.296)</u>
(=) Resultado financeiro líquido		<u>(256.252)</u>	<u>(152.322)</u>
(=) Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>198.835</u>	<u>167.991</u>
Imposto de renda e contribuição social		(35.552)	(19.399)
(-) Corrente	19	<u>-</u>	<u>(6.080)</u>
(-) Diferido	19	<u>(35.552)</u>	<u>(13.319)</u>
(=) Lucro líquido do exercício		<u>163.283</u>	<u>148.592</u>
Lucro básico por ação (em R\$)	23	0,47	0,43
Lucro diluído por ação (em R\$)	23	0,47	0,43

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

ARMAC LOCAÇÃO, LOGÍSTICA E SERVIÇOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro líquido do exercício	<u>163.283</u>	<u>148.592</u>
Resultado abrangente do exercício	<u><u>163.283</u></u>	<u><u>148.592</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

ARMAC LOCAÇÃO, LOGÍSTICA E SERVICOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	RESERVAS DE CAPITAL				RESERVAS DE LUCROS					Patrimônio Líquido
		Capital Social	Gastos com Emissão de Ações	Ágio na Emissão de Ações	Plano de Pagamento com Base em Ações	Reserva Legal	Dividendo Adicional Proposto	(-) Dividendos e Juros s/ Capital Proprios pagos antes da AGO/AGE	Reserva de Lucros	Ações em Tesouraria	
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		1.002.351	(45.072)	125.462	1.553	3.780	-	24.622	-	-	1.112.696
Aumento de capital	17	1.683	-	-	(1.683)	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	17	-	-	-	-	-	-	-	148.592	-	148.592
Constituição de reserva legal	17	-	-	-	-	7.430	-	-	(7.430)	-	-
Juros sobre capital	17	-	-	-	-	-	23.000	(36.561)	(35.291)	-	(48.852)
Dividendos	17	-	-	-	-	-	18.000	(68.631)	-	-	(50.631)
Programa de recompra de ações	17	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.119)	(8.119)
Plano de pagamento baseado em ações		-	-	-	4.835	-	-	-	-	-	4.835
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		1.004.034	(45.072)	125.462	4.705	11.210	41.000	(80.570)	105.871	(8.119)	1.158.521
Lucro líquido do exercício	18	-	-	-	-	-	-	-	163.283	-	163.283
Constituição de reserva legal	18	-	-	-	-	8.164	-	-	(8.164)	-	-
Juros sobre capital - mínimo obrigatório propostos e pagos	18	-	-	-	-	-	-	-	(38.780)	-	(38.780)
Juros sobre capital - adicionais	18	-	-	-	-	-	43.020	(20.220)	(43.020)	-	(20.220)
Juros sobre capital aprovados e pagos referente ao ano anterior		-	-	-	-	-	(41.000)	80.570	(80.570)	-	(41.000)
Plano de pagamento baseado em ações	18	-	-	-	4.841	-	-	-	-	3.297	8.138
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		1.004.034	(45.072)	125.462	9.546	19.374	43.020	(20.220)	98.620	(4.822)	1.229.942

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

ARMAC LOCAÇÃO, LOGÍSTICA E SERVIÇOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		198.835	167.991
Ajustado por:			
Depreciação e amortização	12,13 e 21	185.652	137.166
Bonificações em mercadorias		(3.749)	(8.005)
Custo residual na baixa de ativos desmobilizados	12.1 e 21	81.661	37.613
Plano de pagamento baseado em ações		4.841	4.835
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	21	10.873	5.266
Encargos sobre arrendamento direito de uso	12.2	10.339	5.776
Desconto financeiro por antecipação de contas a pagar de controlada		-	(3.222)
Atualização monetária sobre contas a pagar de aquisição de empresas		2.231	3.639
Juros de fornecedor convênio	14.2	33.165	-
Juros sobre empréstimos e financiamentos	15.3	303.979	256.832
Rendimento de aplicações financeiras		(32.074)	-
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	16	(556)	-
Outras (receitas) despesas operacionais		-	43
Varições nos ativos e passivos:			
Contas a receber de clientes		(98.969)	(72.267)
Estoques		(21.714)	(9.507)
Tributos a recuperar		35.008	(35.269)
Depósitos judiciais		(391)	(580)
Outros ativos		(54.939)	(3.902)
Fornecedores		(80.592)	67.185
Obrigações sociais e trabalhistas		18.896	14.771
Obrigações tributárias		3.491	424
Outras contas a pagar		13.625	(351)
Juros sobre empréstimos e financiamentos pagos	15.3	(282.115)	(232.727)
Juros sobre arrendamento de direito de uso pagos	12.2	(10.339)	(5.776)
Juros pagos fornecedores convênio	14.2	(14.044)	-
Aquisição de ativos imobilizados	12.1	(177.239)	(1.017.461)
Imposto de renda e contribuição social pagos no período	19.1	-	(6.080)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		125.875	(693.606)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
Aplicações financeiras	7	(443.117)	1.666.085
Aquisição de ativos intangíveis	13.2	(8.945)	(4.912)
Contas a pagar por aquisição de empresas	2	(1.868)	(84.473)
Assunção de caixa de incorporada		-	(1.406)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(453.930)	1.575.294
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Captação de empréstimos e financiamentos	15.3	-	778.554
Pagamento de empréstimos e financiamentos	15.3	(36.450)	(611.810)
Pagamento de arrendamento de direito de uso	12.2	(6.560)	(5.914)
Pagamento fornecedor convênio	14.2	(216.185)	-
Ações em tesouraria	18	3.297	(8.119)
Pagamento de dividendos e juros sobre capital	18	(100.000)	(99.483)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		(355.898)	53.228
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		(683.953)	934.916
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		938.358	3.442
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		254.405	938.358

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ARMAC LOCAÇÃO, LOGÍSTICA E SERVIÇOS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
<u>Receitas</u>			
Receita de aluguel, serviços e outros	20	1.493.847	951.754
Receita relativa a construção de ativos próprios		1.620	-
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	21	(9.270)	(5.452)
<u>Serviços e materiais de terceiros</u>			
Serviços de terceiros, materiais e outros		(298.707)	(211.014)
Gastos relativos à construção de ativos próprios		(1.620)	-
Valor adicionado bruto		<u>1.185.870</u>	<u>735.288</u>
Depreciação e amortização	21	(185.652)	(137.166)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		<u>1.000.218</u>	<u>598.122</u>
<u>Valor adicionado recebido em transferências</u>			
Receitas financeiras	22	99.056	126.974
Outras		16.929	5.116
Valor adicionado a distribuir		<u>1.116.203</u>	<u>730.212</u>
<u>Pessoal</u>			
Remuneração direta		(291.533)	(192.087)
Benefícios		(94.656)	(60.813)
FGTS		(19.876)	(15.808)
INSS		(59.390)	(38.380)
<u>Impostos, taxas e contribuições</u>			
Federais		(116.749)	4.863
Municipais		(15.409)	(99)
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros	21	(355.307)	(279.296)
<u>Remuneração de capitais próprios</u>			
Dividendos		-	(50.631)
Juros sobre capital próprio		(38.780)	(48.852)
Lucros a distribuir		(124.503)	(49.109)
Distribuição do valor adicionado		<u>(1.116.203)</u>	<u>(730.212)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

ARMAC LOCAÇÃO, LOGÍSTICA E SERVIÇOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Armac Locação, Logística e Serviços S.A. (“Companhia” ou “Armac”) é uma sociedade por ações de capital aberto, cujas ações são negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, no segmento de governança corporativa Novo Mercado, sob o código ARML3, sediada no município de Barueri, SP, cuja principal atividade operacional baseia-se na locação de máquinas, veículos e equipamentos para carga, descarga e manipulação de materiais agrícolas, de mineração, de construção, entre outros, oferecendo assim um portfólio completo de soluções, com alto padrão de qualidade e tecnologia para atender às necessidades de clientes dos mais variados portes e segmentos de atuação em todas as regiões do Brasil.

Durante o exercício de 2022, a Companhia incorporou as controladas RCB Locação de Equipamentos e Máquinas Ltda. (“RCB”) e Bauko Equipamentos de Movimentação e Armazenagem S.A. (“Bauko”). Os detalhes destas incorporações estão descritos na nota explicativa nº 2 - Aquisições e Incorporações.

2. AQUISIÇÕES E INCORPORAÇÕES

Em 14 de janeiro de 2022 e em 18 de novembro de 2022, foram aprovadas as incorporações da RCB e Bauko, respectivamente, através de Assembleia Geral Extraordinária.

As incorporações não resultaram em aumento do capital social nem emissão de novas ações pela Armac. Os acervos líquidos, bem como os valores a pagar aos vendedores das empresas incorporadas em 31 de dezembro de 2023 são apresentados a seguir.

<u>Ativos</u>	<u>RCB</u>	<u>BAUKO</u>
Caixa e equivalentes de caixa	1.299	107
Aplicações financeiras	-	29.370
Contas a receber	2.579	28.992
Estoques	-	5.344
Tributos a recuperar	-	12.245
Outros ativos	3.060	17.647
Imobilizado	21.523	306.968
Total (a)	<u>28.461</u>	<u>400.673</u>
<u>Passivo</u>		
Empréstimos e financiamentos	-	109.309
Fornecedores	127	4.883
Obrigações tributárias	353	329
Obrigações sociais e trabalhistas	-	3.384
Juros sobre capital próprio	-	9.447
Provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	-	340
Tributos diferidos	-	31.492
Total (b)	<u>480</u>	<u>159.184</u>

Ativos	RCB	BAUKO
Total de ativos líquidos incorporados (a - b)	<u>27.981</u>	<u>241.489</u>
Valores devidos aos vendedores (i)	1.959	16.128

(i) Este valor a pagar foi reclassificado para o longo prazo por questão de compensação futura de multa devida por não cumprimento de cláusulas contratuais, com início de processo arbitral.

3. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e em conformidade com as “International Financial Reporting Standards” (“IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (“IASB”).

3.2. Declaração de relevância

A Administração aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a Orientação Técnica OCPC 7 e Deliberação CVM nº 727/14, com a finalidade de divulgar somente informações relevantes, que auxiliem os usuários das informações contábeis na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a Administração afirma que todas as informações relevantes estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão do negócio.

3.3. Base de elaboração

As informações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico é geralmente baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Administração considera suas características de precificação na data de mensuração.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia possui recursos adequados e suficientes para cumprir suas obrigações de pagamentos.

3.4. Autorização para emissão das demonstrações financeiras

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em dia 26 de março de 2024, autorizou a divulgação das presentes informações financeiras.

3.5. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), moeda funcional e do ambiente econômico no qual a Companhia atua.

3.6. Uso de estimativas e julgamentos

Na aplicação das políticas contábeis, a Administração deve fazer julgamentos (exceto aqueles que envolvem estimativas) que tenham um impacto significativo sobre os valores reportados e elaborar estimativas e premissas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão descritas na nota explicativa nº 4, juntamente com as principais políticas da Companhia, e se baseiam na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

Tais estimativas e premissas são revisadas continuamente e os efeitos identificados são reconhecidos no mesmo exercício da revisão, se afetar apenas esse exercício e em exercícios posteriores se estes também forem afetados.

3.7. Demonstrações financeiras consolidadas para o exercício de comparação

As demonstrações financeiras utilizadas no processo de consolidação são elaboradas com base nas práticas contábeis descritas abaixo e incluem as demonstrações financeiras da Armac e de suas controladas RCB e Bauko, tendo sido preparadas de acordo com os seguintes principais critérios: (a) eliminação dos saldos entre as empresas consolidadas; (b) eliminação dos investimentos da controladora contra o respectivo patrimônio líquido, conforme o caso, da empresa investida; (c) eliminação das receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas; e (d) eliminação do lucro nos estoques, quando aplicável, oriundo de vendas entre as empresas consolidadas.

As controladas RCB e Bauko foram incorporadas durante o ano de 2022 e, portanto, o balanço patrimonial consolidado não será apresentado como parte das demonstrações financeiras deste exercício e as demais demonstrações consolidadas serão apresentadas considerando as receitas e despesas atribuíveis aos negócios adicionados e gerados do período (i) de 1 a 14 de janeiro de 2022 para a RCB e (ii) de 1 de janeiro a 18 de novembro de 2022 para a Bauko.

4. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

4.1. Receita de contratos com clientes

A receita é reconhecida na demonstração do resultado, de acordo com a norma, quando a obrigação de desempenho relacionada for satisfeita, devendo ser apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia e deve ser reconhecida, quando todos os critérios a seguir forem atendidos:

- Quando as partes do contrato aprovarem o contrato (por escrito, verbalmente ou de acordo com outras práticas usuais de negócios) e estiverem comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações.
- Quando o contrato possuir substância comercial (ou seja, espera-se que o risco, a época ou o valor dos fluxos de caixa futuros da companhia não se modifiquem como resultado do contrato).
- Quando a companhia puder identificar os direitos de cada parte em relação aos bens ou serviços a serem transferidos.

- Quando a companhia puder identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos.
- Quando for provável que a companhia receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente.

a) Receita de locação e prestação de serviço

A locação de máquinas, equipamentos, caminhões, e plataformas elevatórias, com ou sem cessão de mão de obra, que viabilizam as demandas técnicas para atender as necessidades de clientes do agronegócio, infraestrutura, mineração, entre outros setores, é a principal receita operacional da Companhia. As faturas são emitidas no final do mês corrente, após a prestação de serviço e os pagamentos são realizados em período subsequente a sua emissão.

A receita é reconhecida ao longo do tempo do contrato, conforme a utilização das máquinas e equipamentos pelo cliente.

b) Receita de venda de ativos

A receita de venda de ativos (máquinas, equipamentos e caminhões) é uma atividade acessória e complementar à atividade de locação de equipamentos. A Companhia vende seus equipamentos através principalmente de plataformas de anúncios para divulgação dos ativos.

A receita de venda de ativos é reconhecida quando se transfere o controle do ativo para o cliente, geralmente na entrega dos produtos. A liquidação dessa venda é realizada a vista, no vencimento da fatura.

4.2. Contas a receber e provisão para perdas de créditos esperadas

As contas a receber de clientes correspondem aos recebíveis pela prestação de serviços de aluguel de equipamentos, prestação de serviços e venda de ativos e estão registradas aos valores nominais das faturas e deduzidas da provisão para perdas de créditos esperadas.

Essa provisão para perdas é estimada considerando dados históricos, ajustados pelas informações acerca do futuro, baseadas nas análises de deterioração de riscos de créditos dos clientes monitoradas pela área de crédito e cobrança.

A Companhia utiliza dois critérios para a constituição de provisão para perdas de créditos esperadas: (i) inicialmente concentra suas análises nos recebíveis com atrasos superiores a 120 dias, e (ii) clientes em que a Administração decidiu retirar os equipamentos locados devido a inadimplência. Posteriormente, é efetuada uma análise adicional, caso a caso, em que recebíveis podem ser incluídos ou excluídos com base no melhor julgamento da Administração da qualidade do crédito e possibilidade de recuperação. A Companhia avalia também, para fins de provisão, a possibilidade de perdas futuras de sua carteira, considerando o mercado em que atua, seus clientes, condições contratuais e perdas históricas.

4.3. Estoques

Mensurados pelo custo de aquisição e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. Os estoques são valorizados ao custo médio ponderado e deduzidos das perdas estimadas, quando aplicável.

4.4. Custo antecipados de projetos

Incluem custos iniciais aplicados em projetos de maior porte, que envolvem a preparação do local e das máquinas a serem utilizadas, custos de contratação de mão de obra e que ocorrem antes do início efetivo de prestação de serviço aos clientes. Uma vez em operação, estes custos são amortizados com base no tempo de duração do contrato.

4.5. Imobilizado

a) Reconhecimento e mensuração

O custo dos itens de imobilizado inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo, bem como os custos diretos para disponibilizar os ativos no local e em condições necessárias para que estes sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. O custo de ativos construídos pelas próprias Companhias inclui o custo de materiais e mão de obra direta.

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (“impairment”) acumuladas, quando aplicável.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício.

b) Custos subsequentes

São capitalizados apenas quando é provável que os benefícios econômicos incorporados no componente fluirão para a Companhia e suas controladas e o seu custo possa ser medido de forma confiável. Os custos de manutenção recorrentes são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

c) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil estimada dos itens e aplicada sobre o valor do custo ajustado por eventuais valores residuais. É geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que as Companhias obterão a propriedade do bem no fim do prazo de arrendamento.

As vidas úteis estimadas dos itens significativos do ativo imobilizado da Companhia são:

	<u>Vida útil</u>
Benfeitorias em imóveis de terceiros	com base no contrato de locação
Direito de uso em arrendamento	com base no contrato de locação
Máquinas e veículos para locação	15 a 20 anos
Veículos e equipamentos de apoio	10 a 15 anos
Móveis e utensílios e equipamentos de informática	5 a 10 anos

A vida útil estimada, bem como os valores residuais e métodos de depreciação e amortização dos bens do imobilizado, são revisados anualmente pela Companhia e suas controladas e os efeitos de eventuais mudanças nas estimativas são registrados prospectivamente.

4.6. Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos.

A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável, as quais são avaliadas anualmente. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

4.7. Direito de uso e arrendamentos

Direito de uso de locação de imóveis é representado pelo valor presente do fluxo de pagamento de aluguéis fixos ou mínimos nos contratos de arrendamento dos imóveis, pátio, depósito e escritórios da Companhia. Na data de início do arrendamento é reconhecido um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento.

Os ativos são mensurados inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas mensurações do passivo de arrendamento. A taxa de depreciação utilizada pela Companhia corresponde ao prazo do contrato de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de desconto mensurada e ajustada à realidade da Companhia (“spread” de crédito). A Administração utiliza-se de premissas relevantes na determinação da taxa de desconto para a mensuração do valor presente dos pagamentos de seus arrendamentos.

4.8. Redução ao valor recuperável (“impairment”)

A Administração analisa anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado (redução ao valor recuperável dos ativos). Caso tais evidências estejam presentes, é efetuado o teste de “impairment”, considerando o nível de Unidade Geradora de Caixa – UGC, que, no caso da Companhia são as máquinas e equipamentos, e é estimado o valor recuperável destes ativos, sendo este o maior valor entre: (i) seu valor justo menos os custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (ii) seu valor em uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, é reconhecida a redução (provisão) do saldo contábil desse ativo (“impairment”).

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Administração não identificou indicadores de que os ativos imobilizado e intangível poderiam apresentar “impairment”.

4.9. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

A classificação de um ativo financeiro segundo o CPC 48/IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual este ativo é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. É efetuada no momento do seu reconhecimento inicial e deve considerar a sua forma de mensuração posterior, ou seja, pelo custo amortizado, valor justo por meio dos outros resultados abrangentes (“VJORA”) ou valor justo por meio de resultado (“VJR”).

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Os ativos financeiros da Companhia são classificados como custo amortizado e as seguintes políticas contábeis são aplicadas à sua mensuração subsequente:

Ativos financeiros mensurados a custo amortizado	Estes ativos são mensurados de forma subsequente utilizando o método dos juros efetivos e estão sujeitos a análise de redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração de resultado, quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.
--	--

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando os direitos contratuais de receber aos fluxos de caixa do ativo financeiro se expiram ou são transferidos, ou quando a Companhia assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos a um terceiro, nos termos de um acordo de repasse e quando:

- a Companhia transferir substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo ou
- a Companhia não transferir, nem reter substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o seu controle.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros, segundo o CPC 48/IFRS 9, são classificados em duas categorias: (i) passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado (“VJR”); ou (ii) passivos financeiros ao custo amortizado e o reconhecimento inicial é efetutado no Balanço Patrimonial quando a entidade assume obrigações contratuais para liquidação em caixa ou na assunção de obrigações de terceiros por meio de um contrato no qual fazem parte.

A mensuração dos passivos financeiros se dá inicialmente ao seu valor justo e, no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures, líquidos dos custos de transação diretamente atribuíveis.

Os passivos financeiros da Companhia são classificados como custo amortizado e as seguintes políticas contábeis são aplicadas à sua mensuração subsequente:

Passivos financeiros mensurados a custo amortizado	Estes passivos são mensurados de forma subsequente utilizando o método dos juros efetivos, onde ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração de resultado, quando o passivo é baixado.
--	--

Um passivo financeiro (ou parte do passivo financeiro) é baixado quando:

- (i) a obrigação sob o passivo é liquidada, cancelada ou expirada ou
- (ii) quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

4.10. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou presumida) como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. São quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, utilizando a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

Após a constituição, as provisões são revisadas mensalmente e atualizadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras pelo montante estimado das perdas prováveis, considerando-se as alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de caráter cível, trabalhista e tributário e a Administração analisa esses processos e toma a decisão sobre o devido provisionamento, considerando a avaliação das evidências e jurisprudências disponíveis, a hierarquia das leis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a opinião dos advogados externos.

4.11. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240, para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

As despesas de imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos, os quais são reconhecidos no resultado do exercício.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado calculado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, aplicando-se as taxas de impostos vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e considerando-se eventuais ajustes de exercícios anteriores.

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório, e se existir um direito legal e exequível de compensar os passivos com os ativos fiscais, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos é reconhecido para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, prejuízos fiscais, base negativa e créditos fiscais, quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Estes ativos somente serão constituídos para a parcela dos saldos de prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e diferenças temporárias sobre os quais a Companhia possui projeções de utilização dentro de um prazo considerado razoável. A Administração utiliza-se de premissas significativas nesses estudos, tais como informações de contratos correntes e de longo prazo com os clientes entre outras, que auxiliam no orçamento de suas receitas, custos e despesas futuras.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados na data de apresentação das demonstrações financeiras, com base na expectativa de lucros tributáveis futuros, podendo ser reduzidos à medida em que sua realização não seja mais provável.

4.12. Lucro por ação

a) Lucro por ação básico

O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação (incluindo ajustes por bônus e emissão de direitos).

b) Lucro por ação diluído

O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se o lucro e a média ponderada da quantidade de ações levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição. Ações potenciais são instrumentos patrimoniais ou contratos capazes de resultar na emissão de ações, como títulos conversíveis e opções, incluindo opções de compra de ações por empregados.

4.13. Demonstração do valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras.

Tal demonstração foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras, registros complementares, e segundo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”).

4.14. Segmentos operacionais

O segmento operacional é apresentado de modo consistente em relatórios internos fornecidos para os principais tomadores de decisões (Diretoria e Conselho de Administração) da Companhia, responsáveis pela alocação de recursos e avaliação de desempenho do segmento operacional.

A Companhia possui apenas o serviço de locação de equipamentos como segmento operacional e única unidade de negócios para fins comerciais e gerenciais. A Administração avalia o desempenho total da entidade, o resultado comercial, gerencial e administrativo, considerando que toda a estrutura de custos e despesas é compartilhada por todas as categorias de produtos.

5. NOVAS NORMAS E ALTERAÇÕES E/OU INTERPRETAÇÕES DE NORMAS EMITIDAS

• NOVAS NORMAS/DIVULGAÇÕES

<u>Normas</u>	<u>Alteração</u>	<u>Correlação IFRS/IAS</u>	<u>Vigência a partir de:</u>
CPC 50 - Contratos de Seguros	Nova norma	IFRS 17	01.01.2023
OCPC 07 (R1) - Evidenciação dos Relatórios Contábil Financeiros de Propósito Geral	Divulgação de políticas contábeis	IAS 1	01.01.2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição de estimativas contábeis	IAS 8	01.01.2023
CPC 32 – Tributos sobre o Lucro	Impostos diferidos ativos e passivos originados de transação única (“single transaction”)	IAS 12	01.01.2023

• NORMAS REVISADA E NÃO VIGENTES

<u>Normas</u>	<u>Alteração</u>	<u>Correlação IFRS/IAS</u>	<u>Vigência a partir de:</u>
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas			
CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	IFRS 10 IAS 28	Não definida
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes	IAS 1	(*)
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Apresentação das demonstrações financeiras - Passivo Não Circulante com “covenants”	IAS 1	(*)
CPC 26 (R2) - Arrendamentos	Passivo de arrendamento em uma transação de “Sale and Leaseback”	IFRS 16	(**)
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa			
CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação	Acordos de Financiamento de Fornecedores	IAS 7 IFRS 7	(*)

(*) As alterações, que contêm medidas de transição específicas para o primeiro período anual no qual a entidade aplica as alterações, são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada.

(**) As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada. Se o vendedor-arrendatário aplicar as alterações para um período anterior, ele deve divulgar esse fato.

A Administração da Companhia e suas controladas estão em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos destacados acima.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Caixa	546	89
Bancos conta movimento	116	1.476
Aplicações financeiras	<u>253.743</u>	<u>936.793</u>
Total	<u>254.405</u>	<u>938.358</u>

As aplicações financeiras estão representadas por recursos aplicados em certificados de depósitos bancários ("CDBs") com remuneração entre 101% e 105% (103% e 105,5% em 31 de dezembro de 2022) do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor e com possibilidade de resgate imediato.

7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Aplicações financeiras	475.190	-

As aplicações financeiras estão representadas por recursos aplicados em certificados de depósitos bancários ("CDBs") com remuneração entre 101% e 105% (103% e 105,5% em 31 de dezembro de 2022) do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor e com possibilidade de resgate imediato.

Estes investimentos são contratados com liquidez diária, mas devido ao não comprometimento deste caixa em operações de curto prazo, a Companhia apresenta esses ativos financeiros em linha específica nas demonstrações financeiras.

8. CONTAS A RECEBER

8.1. Composição dos saldos

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Clientes	245.623	186.434
Clientes a faturar (*)	96.038	57.861
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	<u>(16.065)</u>	<u>(6.795)</u>
Total	<u>325.596</u>	<u>237.500</u>

- (*) Clientes cujo contrato de locação ou prestação de serviço está em andamento no encerramento do mês e será faturado em período subsequente; a receita é apurada conforme os respectivos dias incorridos e contabilizada como receita a faturar no contas a receber e no resultado da Companhia.

8.2. Classificação por vencimento

Os saldos a receber de clientes (faturados) por idade de vencimento estão distribuídos conforme segue:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
A vencer	185.208	139.564
Vencidos:		
De 1 a 30 dias	9.164	13.112
De 31 a 90 dias	16.675	13.089
De 91 a 180 dias	4.451	10.109
Acima de 180 dias (a)	<u>30.125</u>	<u>10.560</u>
Subtotal – vencidos	60.415	46.870
Saldo final	<u>245.623</u>	<u>186.434</u>

- (a) Dos clientes vencidos acima de 180 dias, dos quais não estão provisionados, a Companhia possui garantias de recebimento.

8.3. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A movimentação da provisão para perdas de créditos esperadas está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Saldo inicial	(6.795)	(1.343)
(+) Constituição	(13.844)	(6.613)
(+) Incorporação de controlada	-	(186)
(-) Reversão por renegociações	2.238	-
(-) Reversão por recebimento	734	179
(-) Reversão por perda efetiva	<u>1.602</u>	<u>1.168</u>
Saldo final	<u>(16.065)</u>	<u>(6.795)</u>

9. ESTOQUES

Os estoques estão representados na data base por peças e materiais de manutenção e consumo, utilizáveis na manutenção da frota de máquinas, equipamentos e veículos.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Peças e materiais de manutenção	53.816	32.496
Peças para revenda	1.190	1.733
Materiais de consumo	1.519	582
Total	<u>56.525</u>	<u>34.811</u>

Ao longo do exercício de 2022, a Companhia recebeu cerca de R\$8.005 em estoques bonificados de seus fornecedores. Não houve novas bonificações em produtos de nossos fornecedores em 2023.

10. TRIBUTOS A RECUPERAR

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
PIS e COFINS	778	36.827
IRPJ e CSLL (i)	6.170	15.949
INSS	487	1.102
IRRF (ii)	25.790	14.452
Outros	97	-
Total	<u>33.322</u>	<u>68.330</u>

(i) Valores referentes ao saldo negativo de apuração do ano anterior, sendo a sua constituição pela apropriação de imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras e na prestação de serviço.

(ii) Valores referentes à apropriação de imposto de renda retido na fonte sobre as aplicações financeiras.

11. OUTROS ATIVOS

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Custos antecipados de projetos (a)	43.994	1.297
Despesas antecipadas	13.039	3.044
Adiantamento a fornecedores	3.059	3.699
Bonificações	2.583	1.742
Adiantamento a funcionários	1.080	1.715
Outros	7.183	753
Total	<u>70.938</u>	<u>12.250</u>
Ativo Circulante	42.898	11.610
Ativo Não Circulante	<u>28.040</u>	<u>640</u>
Total	<u>70.938</u>	<u>12.250</u>

(a) A partir de 2023, a Companhia intensificou sua atuação em projetos de maior porte, de duração média entre 2 e 3 anos, que requerem custos iniciais de preparação, que envolvem preparação do local e das máquinas a serem utilizadas, contratação de mão de obra, antes do início efetivo de prestação de serviço aos clientes.

12. IMOBILIZADO

12.1. Composição do Imobilizado

	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Direito de uso em Arrendamento	Máquinas e equipamentos para locação	Veículos e equipamentos de apoio	Móveis e equipamentos de informática	Imobilizado em Andamento (ii)	Total
<u>Custo de aquisição</u>							
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.185	37.313	953.150	75.484	6.928	52.421	1.126.481
(+) Adições	-	45.964	930.789	52.718	3.471	22.262	1.055.204
(+) Incorporação RCB	-	-	34.830	504	70	-	35.404
(+) Incorporação da mais valia da RCB	-	-	3.444	-	-	-	3.444
(+) Incorporação Bauko	-	-	390.587	19.285	46	-	409.918
(+) Incorporação da mais valia da Bauko	-	-	15.165	-	-	-	15.165
(+/-) Transferências	33.596	-	-	-	-	(33.596)	-
(-) Baixa de ativos	-	-	(42.380)	-	-	-	(42.380)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	34.781	83.277	2.285.585	147.991	10.515	41.087	2.603.236
(+) Adições	8.124	18.282	440.011	87.328	6.583	24.913	585.241
(+/-) Transferências	1.620	-	9.327	11.396	-	(22.343)	-
(-) Baixa de ativos (i)	-	(239)	(104.410)	(1.922)	-	-	(106.571)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	44.525	101.320	2.630.513	244.793	17.098	43.657	3.081.906
<u>Depreciação</u>							
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(197)	(4.393)	(63.641)	(5.219)	(657)	-	(74.107)
(+) Adições	(815)	(6.184)	(81.450)	(13.737)	(1.117)	-	(103.303)
(+) Incorporação RCB	-	-	(13.640)	(198)	(43)	-	(13.881)
(+) Incorporação da depreciação da mais valia RCB	-	-	(146)	-	-	-	(146)
(+) Incorporação Bauko	-	-	(101.234)	(1.671)	(45)	-	(102.950)
(+) Incorporação da depreciação da mais valia Bauko	-	-	(2.949)	-	-	-	(2.949)
(-) Baixa de depreciação	-	-	7.276	46	1	-	7.323
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(1.012)	(10.577)	(255.784)	(20.779)	(1.861)	-	(290.013)
(+) Adições	(2.371)	(9.491)	(116.539)	(45.679)	(3.006)	-	(177.086)
(-) Baixa de depreciação (i)	-	-	22.435	2.236	-	-	24.671
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(3.383)	(20.068)	(349.888)	(64.222)	(4.867)	-	(442.428)

	<u>Benfeitorias em imóveis de terceiros</u>	<u>Direito de uso em Arrendamento</u>	<u>Máquinas e equipamentos para locação</u>	<u>Veículos e equipamentos de apoio</u>	<u>Móveis e equipamentos de informática</u>	<u>Imobilizado em Andamento (ii)</u>	<u>Total</u>
<u>Valor residual líquido</u>							
Em 31 de dezembro de 2022	33.769	71.200	2.011.275	146.578	9.314	41.087	2.313.223
Em 31 de dezembro de 2023	41.142	81.252	2.280.625	180.571	12.231	43.657	2.639.478
<u>Taxa média de depreciação</u>							
Em 31 de dezembro de 2022	De acordo	De acordo	4,3% a 10,6%	8,5% a 36,6%	10% a 20%		
Em 31 de dezembro de 2023	com o contrato	com o contrato	3,6% a 9%	7,2% a 50%	10% a 20%		

- (i) Do total de R\$81.900 de baixas líquidas, a parcela de R\$76.258 refere-se a custo na baixa de ativos vendidos, sendo o restante de R\$5.642 relacionado a custo dos ativos que foram objeto de sinistros, os quais compõem as rubricas de custo na venda ou baixa de imobilizado e outras receitas (despesas) líquidas apresentadas na nota explicativa nº 21 - Custos e Despesas por Natureza, além do saldo de R\$239 que refere-se a rescisão de contrato de arrendamento (vide nota explicativa transação não caixa).
- (ii) Referem-se a adiantamento a fornecedores para compra de máquinas e equipamentos e gastos de obras em andamento na filial de Vargem Grande Paulista - VGPIII.

Para 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Companhia realizou convênio com instituições financeiras de forma a estruturar operações de risco sacado com seus principais fornecedores de máquinas no montante de R\$389.720 (R\$162.067 em 31 de dezembro de 2022), conforme nota explicativa nº 14 - Fornecedores.

12.2. Arrendamento Mercantil de Direito de Uso

A Administração da Companhia analisou seus contratos vigentes e concluiu que parte deles se enquadram na classificação de arrendamento mercantil, efetuando as contabilizações correspondentes a essa norma.

Em 31 de dezembro de 2023, do total de contratos que a Companhia possuía vigentes, 32 contratos (23 em 31 de dezembro de 2022) se enquadravam nos critérios para classificação como arrendamento mercantil.

Os demais, como alugueis variáveis de contratos de curto prazo ou de baixo valor que não foram reconhecidos como direito de uso por não atenderem aos critérios de prazo e valor estabelecidos pela norma correspondente, estão registrados na rubrica “Outros Custos” - nota explicativa nº 21, em contrapartida da conta de “Fornecedores” - nota explicativa nº 14. Em 31 de dezembro de 2023, do valor total de “Outros Custos”, esses arrendamentos totalizavam R\$7.071.

Os valores de arrendamento estão registrados na conta de direito de uso, na rubrica de ativo imobilizado, e sua depreciação está ocorrendo no prazo de vigência contratual.

Para determinar o prazo de arrendamento foi considerado o prazo contratual. Se o contrato contiver cláusula que especifique a renovação automática pelo mesmo período ou outro, e existindo a vontade da Companhia em permanecer no imóvel, o cálculo do prazo do arrendamento será a soma de ambos os prazos. Se o contrato não especificar, ou especificar que a renovação será prorrogada somente com o consentimento de ambas as partes, o prazo do arrendamento será o prazo contido no contrato. Ademais, a Companhia não possui contratos firmados com prazos indeterminados.

A movimentação do passivo de arrendamento por direito de uso está demonstrada a seguir:

	Imóveis partes relacionadas (NE 15)	Contratos com Terceiros Valor	Total
Em 31 de dezembro de 2021	18.663	15.479	34.142
(+) Novas operações	3.403	2.584	5.987
(+) Remensurações (a)	39.501	476	39.977
(+) Juros incorridos	3.889	1.681	5.570
(-) Pagamentos de principal	(2.399)	(2.557)	(4.956)
(-) Pagamentos de juros	(3.889)	(1.681)	(5.570)
Em 31 de dezembro de 2022	59.168	15.982	75.150
(+) Novas operações	-	13.216	13.216
(+) Remensurações (a)	4.543	523	5.066
(+) Juros incorridos	6.571	3.768	10.339
(-) Rescisões de contrato	-	(239)	(239)
(-) Pagamentos de principal	(2.525)	(4.035)	(6.560)
(-) Pagamentos de juros	(6.571)	(3.768)	(10.339)
Em 31 de dezembro de 2023	61.186	25.447	86.633

(a) Vide maiores detalhes sobre as remensurações na nota explicativa nº 18 - Partes Relacionadas.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Circulante	8.505	5.138
Não Circulante	<u>78.128</u>	<u>70.012</u>
Total	<u><u>86.633</u></u>	<u><u>75.150</u></u>

Os respectivos valores estão registrados na conta de passivo de arrendamento e o saldo será amortizado pelos pagamentos mensais. Os pagamentos futuros dos contratos registrados até 31 de dezembro de 2022 foram trazidos a valor presente por uma taxa média ponderada de 13,75% ao ano e os novos contratos registrados em 2023 foram trazidos a valor presente pela taxa média de 15,27% referente ao custo da dívida da companhia.

Os pagamentos futuros a serem efetuados ao arrendador podem gerar o direito ao crédito de PIS e COFINS, para os casos em que o arrendador seja uma pessoa jurídica. Como a grande maioria dos contratos de locação estão ligados a pessoa física, a Administração concluiu que não há impactos dessas transações a serem divulgados.

Em atendimento a norma brasileira NBC TG 06 (R3) /IFRS 16 que veda a projeção futura de inflação e ao Ofício-Circular CVM nº 02/2019 e, ainda com o objetivo de fornecer informação adicional aos usuários, abaixo está apresentada a análise de maturidade dos contratos e prestações não descontadas em 31 de dezembro de 2023:

<u>Ano</u>	<u>Valor presente líquido</u>	<u>Juros embutidos (futuros)</u>	<u>Valor das prestações descontadas</u>
2024	8.589	10.105	18.694
2025	7.765	9.231	16.996
2026	7.549	8.374	15.923
2027	4.483	7.627	12.110
2028	2.361	7.297	9.658
2029	2.094	7.044	9.138
2030	2.364	6.744	9.138
2031 em diante	<u>51.427</u>	<u>44.245</u>	<u>95.672</u>
Total	<u><u>86.633</u></u>	<u><u>100.696</u></u>	<u><u>187.329</u></u>

12.3. Revisão das vidas úteis

Durante o exercício de 31 de dezembro de 2021, a Companhia de acordo com sua política contábil de reavaliar anualmente a vida útil de seus ativos, contratou uma empresa especializada em avaliação de ativos, a qual analisou a vida útil dos ativos em linha com o pronunciamento técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado e o ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado. Também foi objeto desta avaliação o fato de a Companhia ter expandido o seu centro de manutenção com a criação de programas de monitoramento de seus ativos e como resultado dessa avaliação teve o aumento da vida útil dos ativos analisados de linha amarela de 10 anos para 15 anos, de caminhões de 10 anos para 15 anos, e de plataformas elevatórias de 10 anos para 20 anos.

Para 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia revisou a vida útil de seus ativos, porém não identificou necessidade de alterações.

Ainda como parte da sua política contábil de revisar o valor residual de suas máquinas e veículos anualmente, a Companhia efetuou essa reavaliação no exercício de 2023, considerando o mercado de venda de máquinas e veículos usados e efetuou os devidos ajustes nas taxas de depreciação utilizadas que estão divulgadas no mapa de movimentação dos ativos imobilizados.

12.4. Redução ao valor recuperável de ativos (“impairment”)

De acordo com as normas descritas no IAS 36/CPC 1 - Redução ao valor recuperável de ativos, o ativo imobilizado da Companhia tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de que determinados ativos poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável.

Com base no resultado do trimestre e expectativa de resultado para o exercício, a Administração da Companhia concluiu que não há indicativo da necessidade de registro de redução ao valor recuperável de seus ativos.

13. INTANGÍVEL

13.1. Composição do Intangível

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Sistemas e aplicativos	4.284	558
Marcas e patentes	464	464
Desenvolvimento de projetos	9.748	5.319
Ágio na incorporação de controladas	95.337	95.337
Mais valia no contrato de clientes (i)	<u>15.585</u>	<u>23.361</u>
Total	<u>125.418</u>	<u>125.039</u>

(i) Mais valia referente ao fluxo de caixa descontado esperado dos contratos de locação e prestação de serviço em vigor na data da aquisição da Bauko e RCB. O prazo de amortização desses ativos é de 48 a 52 meses.

13.2. Movimentação do Intangível

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Saldo inicial	125.039	1.554
Adições	8.945	4.912
Amortização	(790)	(125)
Ágio na incorporação de controladas	-	95.337
Mais valia em incorporações	-	31.137
Amortização de mais valia	<u>(7.776)</u>	<u>(7.776)</u>
Saldo final	<u>125.418</u>	<u>125.039</u>

14. FORNECEDORES E FORNECEDORES CONVÊNIO

14.1. Fornecedores

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Fornecedores de máquinas	10.215	84.330
Fornecedores de peças e serviços	<u>25.961</u>	<u>32.438</u>
Total	<u>36.176</u>	<u>116.768</u>

14.2. Fornecedores Convênio

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Fornecedores convênio	<u>360.128</u>	<u>167.472</u>
Total	<u>360.128</u>	<u>167.472</u>

O saldo de fornecedores refere-se a obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores nacionais, pelo valor justo na data da aquisição e acrescidos dos juros.

A Companhia realizou convênio com instituições financeiras parceiras de forma a estruturar operações de risco sacado com seus principais fornecedores de máquinas. Nessa operação, os fornecedores prorrogam os vencimentos dos títulos e transferem o direito de recebimento das vendas de máquinas a prazo para as instituições financeiras. Em troca recebem esses recursos das instituições financeiras sem a necessidade de os referidos fornecedores possuírem linha de crédito contratada e com custo financeiro reembolsado pelos fornecedores.

As operações de risco sacado possuem taxas de desconto entre 1,16% e 1,23% ao mês e prazos médios entre 207 e 283 dias (1,20% e 1,25% ao mês e prazos médios entre 60 e 195 dias em 31 de dezembro de 2022) e sua movimentação do período é apresentada a seguir.

Adicionalmente, as transações realizadas são significativas e estes passivos denominados fornecedores convênio possuem cláusulas restritivas comuns de mercado (financeiras e não financeiras) relacionadas, as quais a Companhia estava adimplente em 31 de dezembro de 2023 e de 2022.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Saldo Inicial	167.472	-
Novos compromissos	405.639	162.067
Pagamento de principal	(216.185)	-
Pagamento de juros	(14.044)	-
Juros incorridos	33.165	5.405
Ajuste a valor presente	<u>(15.919)</u>	<u>-</u>
Total	<u>360.128</u>	<u>167.472</u>

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

15.1. Composição dos saldos

Modalidade	% Taxa ao ano	Vencimento	31/12/2023	31/12/2022
CDCA - 1ª. Série	CDI + 1,65%	2028	102.196	102.370
CDCA - 2ª. Série	IPCA + 7,57%	2029	418.285	399.205
Debênture - 2a Emissão	CDI + 2,50%	2028	1.013.282	1.015.279
Debênture - 3a Emissão	CDI + 2,25%	2029	306.040	307.217
Finame	SELIC + 3,0%	2026-27	20.850	32.965
CDC	Pré 9,9 - 10,1%	2025	1.884	2.781
Leasing	Pré 4,9 - 6,9%	2022-24	2.309	5.653
CCE/NCE	CDI + 2,35%	2028	200.668	200.957
CDC	Pré 11,9%	2023	-	368
CDC	Pré 8,7 - 9,9%	2024-25	8.121	12.388
CDC	Pré 11,2%	2023	-	473
CDC	Pré 6,7 - 10,2%	2022-25	8.116	12.301
Leasing	Pré 6,6 - 11,6%	2022-24	75	2.246
Capital de Giro/CDC/Leasing	Pré 7,2 - 11,5%	2022-25	2.305	8.800
Subtotal			2.084.131	2.103.003
(-) Custos a amortizar			(34.044)	(38.330)
Total			2.050.087	2.064.673
Passivo circulante			261.370	56.580
Passivo não circulante			1.788.717	2.008.093

15.2. Características das operações

Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio - CDCA

Em 15 de junho de 2022 a Companhia emitiu Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio ("CDCA") em favor da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. ("Emissora" ou "Securitizadora") que servem de lastro de certificados de recebíveis do agronegócio de emissão da Securitizadora ("CRA").

Até 21 de julho de 2022, foi concluída a colocação privada de 500.000 CRA, emitidos pela Armac e Bauko, sendo i) 101.730 da Primeira série e ii) 398.270 CRA da Segunda série ("CRA Primeira Série", "CRA Segunda Série", respectivamente, e, quando referidas em conjunto e indistintamente, "CRA"), cada um com valor unitário de R\$1.000,00, no valor total de R\$500.000 ("Valor Total da Emissão"), sendo R\$101.730 referentes aos CRA da Primeira Série e R\$398.270 referentes aos CRA da Segunda Série, conforme definido em procedimento de coleta de intenções de investimento dos potenciais investidores.

Sobre os CDCA vinculados aos CRA Primeira Série incidem juros remuneratórios correspondentes a 100,00% da variação acumulada das taxas médias diárias do DI - Depósito Interfinanceiro de um dia, "over extra grupo" ("Taxa DI"), expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página na Internet (www.b3.com.br) acrescida exponencialmente de spread ou sobretaxa equivalente a 1,65% ao ano, base 252 dias úteis. A remuneração é paga de forma semestral tendo o primeiro pagamento ocorrido em 13 de dezembro de 2022. A amortização será em duas parcelas, sendo a primeira devida em 15 de dezembro de 2027 e a segunda na data de 14 de junho de 2028.

O valor nominal ou saldo do valor nominal do CDCA vinculado aos CRA Segunda Série, conforme o caso, é atualizado pela variação acumulada do IPCA e será amortizado em duas parcelas, sendo a primeira parcela devida em 13 de junho de 2028 e a última parcela devida em 13 de junho de 2029. Sobre o valor nominal atualizado do CDCA vinculado aos CRA Segunda Série incidem juros remuneratórios equivalentes a 7,5779% ao ano, base 252 dias úteis. A remuneração será paga de forma semestral tendo o primeiro pagamento ocorrido em 13 de dezembro de 2022.

A Bauko Equipamentos de Movimentação e Armazenagem S.A., empresa incorporada pela Companhia, tinha emitido CDCA vinculado aos CRA Segunda Série em 15 de junho de 2022 e sujeito às mesmas condições de remuneração e amortização do CDCA emitido pela Companhia, no valor de R\$96.000. Com a incorporação, foi assinado um aditamento em 6 de dezembro de 2022, nomeando a Armac como emitente do CDCA, que passou a assumir todos os direitos e obrigações antes de responsabilidade da Bauko.

Debêntures

Em 1º de novembro de 2021, foi realizada, pela Companhia, sua 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, emitidas com base nos termos da Instrução CVM 476, para distribuição pública, no valor total de R\$1.000.000, com esforços restritos de colocação, com amortizações em parcelas anuais a partir de 25 de novembro de 2024 e com vencimento em 25 de novembro de 2028 (“Debêntures - 2ª Emissão”). Em 14 de dezembro de 2021, a oferta pública com esforços restritos foi encerrada com a totalidade das debêntures subscritas e integralizadas.

A remuneração das Debêntures - 2ª Emissão é equivalente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DIs, acrescida de uma sobretaxa de 2,50% ao ano.

Em 19 de julho de 2022, foi realizado o resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures - 1ª Emissão, cujo código de ativo era ARML11, nos termos do “Instrumento Particular de Escritura de Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Primeira Emissão da Armac Locação, Logística e Serviços S.A.” pelo seu valor nominal unitário acrescido de juros remuneratórios e prêmio, totalizando R\$286.406.

Em 4 de novembro de 2022, foi realizada, pela Companhia, sua 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única emitidas com base nos termos da Instrução CVM nº 476, para distribuição pública, no valor total de R\$300.000, com esforços restritos de colocação, com amortizações em duas parcelas anuais iguais a partir de 4 de novembro de 2028. A remuneração da Debênture 3ª emissão é equivalente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DIs, acrescidas de uma sobretaxa de 2,25% ao ano.

Outras operações para investimentos em máquinas e equipamentos

“Finame”

Os contratos possuem carência de amortização de principal que podem durar até um ano e o bem financiado é dado como garantia ao financiamento.

CDC

Os contratos possuem carência de até um ano para o início de amortização de principal e o bem financiado é dado como garantia ao financiamento.

“Leasing”

Os contratos possuem carência de amortização de principal que podem durar até um ano.

Capital de Giro

São Cédulas de Crédito Bancário emitidas pela Companhia e adquiridas pelas instituições financeiras com a finalidade de financiar o capital de giro, além da compra de máquinas e equipamentos para as operações.

CCE

São Cédulas de Crédito à Exportação emitidas pela Companhia e adquiridas pelas instituições financeiras com a finalidade de financiar a compra de máquinas e equipamentos para as operações.

15.3. Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Saldo inicial	2.064.673	1.832.115
(+) Captações	-	704.000
(+) Incorporação de controlada (a)	-	109.309
(+) Juros apropriados	303.979	253.354
(-) Amortização de principal (b)	(34.994)	(590.262)
(-) Juros pagos	(282.115)	(227.041)
(-) Custos de emissão (c)	(1.456)	(16.802)
Saldo final	<u>2.050.087</u>	<u>2.064.673</u>

(a) Com a incorporação, a Armac assumiu todos os direitos e obrigações que antes eram de responsabilidade da Bauko, conforme já informado anteriormente.

(b) Da amortização de principal, R\$213.679 refere-se a pré-pagamentos de dívidas em 31 de dezembro de 2022.

(c) Estes custos foram apresentados conjuntamente com o montante de pagamentos na demonstração do fluxo de caixa.

15.4. Cronograma de amortização

O cronograma de amortização do saldo da dívida antes dos custos a amortizar está demonstrado a seguir, por ano de vencimento:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
2023	-	57.747
2024	244.749	220.898
2025	262.562	264.225
2026	254.211	255.874
2027	252.595	254.258
2028	720.880	700.866
2029	349.134	349.135
	<u>2.084.131</u>	<u>2.103.003</u>

15.5. “Covenants” e Garantias

Parte dos contratos de empréstimos e financiamentos com instituições financeiras estão sujeitos a cláusulas de vencimento antecipado que, entre outras, incluem:

- i) Obrigação da Companhia de envio das demonstrações financeiras trimestrais e anuais, devidamente auditadas por firmas de auditoria independente.
- ii) Restrição para realizar redução de capital.
- iii) Restrição a alteração do controle, direto ou indireto.
- iv) Cláusula restritiva (“covenant”) prevendo que o índice de endividamento líquido sobre o EBITDA dos últimos 12 meses deve ser igual ou inferior a 3,50. Os contratos de empréstimos e financiamentos que incluem a cláusula de “covenant” são os CDCA e a 2ª e 3ª emissões de debêntures da Companhia.

A maior parte dos empréstimos e financiamentos da Companhia não apresenta qualquer espécie de garantia, com exceção dos CDCAs que têm como garantia os contratos de locação com clientes na cadeia do agronegócio e os leasings e “FINAMEs” que tem como garantia os próprios ativos financiados. Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Companhia estava adimplente com as cláusulas acordadas.

16. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Companhia considera todas as informações disponíveis relativas aos processos em que é parte envolvida, bem como a avaliação dos seus assessores jurídicos, para realizar uma estimativa confiável dos valores das obrigações e probabilidade de saída de recursos. A partir desta análise, a Administração decide também sobre a necessidade de constituir provisão em montante suficiente para cobrir as perdas prováveis sobre os processos judiciais em andamento e a sua movimentação no período é apresentada a seguir.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Saldo inicial	722	-
Adições	569	722
(-) Reversão por alteração de prognóstico ou ajuste de provisão	(569)	-
(-) Reversão por perda efetiva	(556)	-
Saldo final	<u>166</u>	<u>722</u>

Os processos de perda possível na avaliação dos assessores jurídicos da Companhia são apresentados a seguir por natureza:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Cíveis	1.745	546
Tributário	156	-
Trabalhistas	12.666	9.226
Total	<u>14.567</u>	<u>9.772</u>

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

17.1. Capital social

O capital social subscrito da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 é de R\$1.004.034 e é representado por ações ordinárias sem valor nominal conforme o quadro abaixo:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Número de Ações	Participação %	Número de Ações	Participação %
Acionistas controladores	174.020.920	50,29%	173.801.820	50,23%
Outros	171.995.121	49,71%	172.214.221	49,77%
	<u>346.016.041</u>	<u>100,00%</u>	<u>346.016.041</u>	<u>100,00%</u>

Em reunião realizada em 3 de outubro de 2022 foi deliberado pelo Conselho de Administração da Companhia, aumento de capital social no montante de R\$1.683, correspondente a emissão de 256.520 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

O preço de emissão corresponde a R\$6,56 por ação, conforme estabelecido no âmbito da Outorga de Opção de Compra de Ações, aprovada em Reunião do Conselho de Administração em 2 de julho de 2021, para o “vesting period” do Plano 1: “Matching” exercido em julho de 2022.

A Companhia está autorizada, com base em seu Estatuto, a aumentar o capital social até o limite de R\$2.000.000 por deliberação do Conselho de Administração. Este aumento do capital social tem o objetivo de atender aos planos de exercícios de outorga de ações, descritos a seguir e está sendo apresentado como Reserva de Capital, na rubrica de Emissão de Instrumentos Patrimoniais.

Todas as ações têm os mesmos direitos em relação aos ativos residuais da Companhia. Os titulares das ações ordinárias têm direito ao recebimento de dividendos e um voto por ação nas deliberações da Companhia.

As variações nos períodos apresentados decorrem de operações de custódia remunerada pela corretora que faz a custódia das ações do grupo controlador.

17.2. Reserva de capital

a) Ágio na emissão de ações

O saldo referente ao ágio na emissão de ações em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 é de R\$125.462 e corresponde à emissão de 442.327 novas ações, nominativas e sem valor nominal, subscritas e integralizadas pelo SPEED Fundo de Investimento em Participações Multi, estratégia ocorrida antes da abertura de capital.

b) Plano de pagamento com base em ações

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 2 de julho de 2021 aprovou a constituição do Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia a ser administrado pelo Conselho de Administração. O plano prevê a outorga de até 4% do capital subscrito da Companhia por meio de diferentes programas de opções de compra de ações a serem constituídos no longo prazo no âmbito deste Plano.

As opções de compra de ação podem ser exercidas a qualquer momento a partir da data de aquisição do direito até a data limite para exercício. As outorgas podem ser realizadas para membros da Administração da Companhia entre eles diretores, gerentes e coordenadores, com exceção dos diretores controladores.

Os custos dos planos da Companhia são mensurados pelo valor justo na sua data de outorga, estimados com base no modelo denominado Black & Scholes. A Companhia adotou o procedimento de reconhecer estes custos pelo método linear durante o “vesting period”, compreendido entre a data da outorga (concessão) até a data em que o colaborador tem o direito de exercer a opção, com um correspondente aumento (i) no patrimônio líquido, na rubrica “opções outorgadas reconhecidas” incluída nas “reservas de capital”; e (ii) na demonstração do resultado do exercício, sendo alocado nas rubricas “custos”, “despesas gerais, administrativas e outras”.

Tipos de planos

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não foram efetuadas novas outorgas de opções de ações e o custo proveniente do provisionamento dos programas de opções foi de R\$9.546 (R\$4.705 em 31 de dezembro de 2022), sendo R\$1.554 referente ao Plano 1 R\$3.042 referente ao Plano 2 e R\$4.950 referente ao Plano 3. Esses saldos já contemplam os exercícios de opções de ações (“vesting”) ocorridos em agosto de 2023 no valor de R\$2.704, sendo R\$835 correspondente ao Planos 1 e R\$1.869 correspondente ao Plano 2.

17.3. Reserva de Lucros

a) Reserva legal

A reserva legal de R\$19.473 em 31 de dezembro de 2023 (R\$11.210 em 31 de dezembro de 2022) foi constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social da Companhia, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício (até que seu valor atinja 20% do capital social realizado). Esta reserva tem por objetivo assegurar a integridade do capital social e sua utilização está restrita à compensação de prejuízos e ao aumento do capital social.

b) Distribuição de dividendos e juros sobre capital

A distribuição de dividendos mínimos obrigatórios é realizada em percentual a ser definido em Assembleia Geral, entretanto, respeitando as regras previstas na legislação vigente (mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, após a constituição de reserva legal).

Em 27 de abril de 2022, foi deliberado em reunião do Conselho da Administração, conforme proposta da Diretoria de 31 de março de 2022, ad referendum de AGO realizada em 28 de abril de 2023, a distribuição de juros sobre capital próprio (JCP) imputado a dividendos, no montante de R\$15.557. Seu pagamento foi realizado em 26 de maio de 2022.

Em 2 de maio de 2022, foi deliberado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a distribuição de dividendos aos acionistas no montante de R\$24.621, o qual ocorreu em 19 de maio de 2022, com pagamento em 18 de maio de 2022.

Em 24 de junho de 2022, foi deliberado em reunião do Conselho de Administração, a distribuição de dividendos intercalares referentes ao trimestre encerrado em 31 de março de 2022, no montante de R\$11.010 e na mesma reunião foi aprovada a distribuição de juros sobre capital próprio (JCP) no valor de R\$14.295. O pagamento destes dividendos e juros sobre capital próprio ocorreu em 22 de julho de 2022. Ambas as deliberações eram “ad referendum” de AGO realizada em 28 de abril de 2023.

Em 22 de setembro de 2022, foi deliberado em reunião do Conselho de Administração, a distribuição de dividendos intercalares referentes ao trimestre encerrado em 30 de junho de 2022, no montante de R\$15.000 e na mesma reunião foi aprovada a distribuição de juros sobre capital próprio (JCP) no valor de R\$19.000. O pagamento destes dividendos e juros sobre capital próprio ocorreu em 20 de outubro de 2022. Ambas as deliberações eram “ad referendum” de AGO realizada em 28 de abril de 2023.

Em 22 de dezembro de 2022, foi deliberado em reunião do Conselho de Administração, a distribuição de dividendos intercalares referentes ao trimestre encerrado em 30 de setembro de 2022, no montante de R\$18.000 e na mesma reunião foi aprovada a distribuição de juros sobre capital próprio (JCP) no valor de R\$23.000. O pagamento destes dividendos e juros sobre capital próprio foi efetuado em 23 de fevereiro de 2023. Ambas as deliberações são ad referendum de AGO realizada em 28 de abril de 2023.

Em 29 de março de 2023, foi deliberado em reunião do Conselho de Administração, a distribuição de juros sobre capital próprio (JCP) aos acionistas no montante de R\$12.000 referente ao trimestre encerrado em 31 de março de 2023. O pagamento destes juros sobre capital próprio foi efetuado em 20 de outubro de 2023. Deste valor, R\$5.772 foram considerados como juros sobre capital próprio adicionais deliberados ad referendum de AGO a ser realizada em 2024.

Em 30 de junho de 2023, foi deliberado em reunião do Conselho de Administração, a distribuição de juros sobre capital próprio (JCP) aos acionistas no montante de R\$30.000 referente ao trimestre encerrado em 30 de junho de 2023. O pagamento destes juros sobre capital próprio foi efetuado em 20 de outubro de 2023 da Companhia. Deste valor, R\$19.684 foram considerados como juros sobre capital próprio adicionais deliberados ad referendum de AGO a ser realizada em 2024.

Em 30 de setembro de 2023, foi deliberado em reunião do Conselho de Administração, a distribuição de juros sobre capital próprio (JCP) aos acionistas no montante de R\$17.000 referente ao trimestre encerrado em 30 de setembro de 2023. O pagamento destes juros sobre capital próprio foi efetuado em 20 de outubro de 2023. Deste valor, R\$5.630 foram considerados como juros sobre capital próprio adicionais deliberados ad referendum de AGO a ser realizada em 2024.

Em 22 de dezembro de 2023, foi deliberado em reunião do Conselho de Administração, a distribuição de juros sobre capital próprio (JCP) aos acionistas no montante de R\$22.800 referente ao trimestre a ser encerrado em 31 de dezembro de 2023. O pagamento destes juros sobre capital próprio ocorrerá no dia 19 de abril de 2024. Deste valor, R\$11.462 foram considerados como juros sobre capital próprio adicionais deliberados ad referendum de AGO a ser realizada em 2024.

Nos termos do pronunciamento técnico ICPC08 - Interpretação Técnica sobre Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, em razão de não se constituir obrigação presente na data destas demonstrações financeiras, o montante dos dividendos e/ou juros sobre o capital próprio que venham a ser deliberados em excesso aos dividendos mínimos obrigatórios em reunião do Conselho de Administração da Cia. ad referendum de AGO serão mantidos em rubricas contábeis internas no patrimônio líquido e quando efetivamente pagos serão registrados em rubrica contábil redutora do patrimônio líquido. Estes saldos foram baixados por ocasião da aprovação em AGO realizada em 28 de abril de 2023.

17.4. Ações em Tesouraria

Plano de Recompra de Ações

Em reunião do Conselho de Administração ocorrida em 5 de maio de 2022 foi aprovado plano de recompra para a aquisição, pela Companhia, em uma única operação ou em uma série de operações, de ações ordinárias de sua própria emissão, com os seguintes termos e condições:

- a) Objetivo da Operação: Adquirir ações de emissão da própria Companhia em bolsa de valores, a preço de mercado, com o principal objetivo de fazer frente à entrega de ações no âmbito dos planos de remuneração baseados em ações da Companhia, podendo ainda ser mantidas em tesouraria, canceladas e/ou posteriormente alienadas no mercado. As ações mantidas em tesouraria poderão ser destinadas a eventual exercício de opções no âmbito de plano de opção de compra de ações da Companhia.
- b) Quantidade de ações: a quantidade total a ser adquirida é de até 13.830.380 (treze milhões, oitocentas e trinta mil, trezentas e oitenta) ações ordinárias de emissão da Companhia, equivalente à 4% do total de ações de emissão da Companhia e a 8,13% das ações em circulação em 5 de maio de 2022.
- c) Prazo: o prazo máximo para a realização da operação é de 18 meses a partir de 6 de maio de 2022, encerrado em 5 de novembro de 2023.
- d) Modo de aquisição e preço: a aquisição das ações será feita no pregão da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") a preço de mercado, cabendo à administração da Companhia decidir o momento e a quantidade de ações a serem adquiridas, seja em uma única operação ou em uma série de operações, respeitando os limites previstos na regulamentação aplicável.

Informações adicionais sobre o plano de recompra de ações estão disponíveis na página de Relações com Investidores da Companhia e nas páginas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e da B3.

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possuía ações ordinárias de própria emissão em tesouraria no montante de R\$4.822 (R\$8.199 em 31 de dezembro de 2022), representado por 406.229 ações ordinárias (686.800 em 31 de dezembro de 2022). A movimentação das transações ocorridas nos exercícios divulgados é apresentada a seguir:

<u>Exercício</u>	<u>Operação</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Valor do custo</u>	<u>Valor médio da ação (R\$0,00)</u>
2022	Aquisições	686.800	8.119	12,07
2023	Exercícios de opção (a)	(280.571)	(3.297)	11,75
Total		<u>406.229</u>	<u>4.822</u>	<u>11,87</u>

- (a) Vide informações sobre esse exercício de opções na nota explicativa 18.2 - Reserva de Capital item b - Plano de pagamento baseado em ações.

18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações realizadas entre a Companhia e as partes relacionadas que afetam o resultado, estão demonstradas a seguir:

- (i) Aluguéis de imóveis - refere-se ao pagamento de aluguéis dos imóveis no valor de R\$9.495 em 31 de dezembro de 2023 (R\$6.288 em 31 de dezembro de 2022), que funcionam como centro de manutenção das máquinas, os quais são propriedades de parte dos acionistas controladores da Companhia (nota explicativa nº 12.2 - Arrendamento Mercantil de Direito de Uso). Em 2022, a Administração revisou seus contratos e efetuou as devidas remensurações, considerando o prazo final contratado - 2041 e a atualização da taxa de desconto aplicada. Em 2023, as remensurações correspondem somente à atualização monetária dos contratos.
- (ii) A remuneração dos diretores da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$7.397 (R\$2.525 em 31 de dezembro de 2022), considerados benefícios de curto prazo, registrada na rubrica "Despesas Gerais e Administrativas" no resultado do exercício.

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

19.1. Despesa de imposto de renda e contribuição social

As apurações do imposto de renda e da contribuição social foram realizadas pelo lucro real na Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022.

A seguir é apresentada a conciliação entre o imposto de renda e a contribuição social calculados pela alíquota nominal prevista na legislação tributária e a respectiva despesa lançada no resultado do exercício:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	198.835	167.991
(x) Alíquota nominal	34%	34%
Despesa com imposto de renda e contribuição social	<u>(67.604)</u>	<u>(57.117)</u>
<u>Efeitos das adições (exclusões) permanentes no cálculo dos tributos</u>		
(-) Depreciação fiscal pela alienação de ativos	-	(5.648)
(-) Custos e despesas indedutíveis	(1.818)	(1.780)
(+/-) Outras diferenças permanentes	6.058	5.878
(+) Juros sobre capital - JCP	27.812	20.651
(+) Reversão de imposto de renda diferido de controladas	-	17.675
(+) Amortização do ágio em aquisição de empresas	-	942
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(35.552)</u>	<u>(19.399)</u>
Correntes	-	(6.080)
Diferidos	<u>(35.552)</u>	<u>(13.319)</u>
Total	<u>(35.552)</u>	<u>(19.399)</u>
Alíquota efetiva	(18%)	(12%)

19.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos

a) Composição

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<u>Ativo</u>		
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	16.065	5.266
Provisão para bonificação de executivos e funcionários	26.626	19.513
Provisão de notas fiscais de fornecedores	6.170	-
Provisão para contingências	166	-
Prejuízo fiscal e base negativa	435.642	221.391
Prejuízo fiscal e base negativa de incorporada	-	3.283
Efeitos CPC 06 - IFRS 16	4.869	2.928
Total	<u>489.538</u>	<u>252.381</u>
(x) Alíquota vigente	34%	34%
Diferidos ativos	<u>166.443</u>	<u>85.809</u>
<u>Passivo</u>		
Diferença depreciação fiscal e econômica	828.822	505.404
Amortização de ágio de controladas	18.303	-
Total	<u>847.125</u>	<u>505.404</u>
(x) Alíquota vigente	34%	34%
Diferidos passivos	<u>288.022</u>	<u>171.837</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	<u>121.579</u>	<u>86.028</u>

b) Movimentação dos ativos e passivos fiscais diferidos

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Saldo líquido de IR/CS diferido no início do período	86.028	41.974
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(3.672)	(1.344)
Provisão de notas fiscais de fornecedores	(2.098)	-
Prejuízo fiscal e base negativa	(72.845)	(44.888)
Prejuízo fiscal e base negativa de incorporada	1.116	(1.116)
Provisão para bonificação de executivos	(2.419)	(5.686)
Provisão para contingências	(56)	-
Efeitos CPC06 - IFRS 16	(660)	(1.476)
Diferença depreciação fiscal e econômica	109.962	83.632
Diferença depreciação fiscal e econômica incorporação controlada	-	32.607
Amortização de ágio de investimento	6.223	-
Mais valia de ativos	-	(17.675)
Saldo líquido de IR/CS diferido no fim do período	<u>121.579</u>	<u>86.028</u>
Valor reconhecido no resultado	35.552	13.319
Valor reconhecido em balanço	-	31.492

20. RECEITA LÍQUIDA

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Locação de equipamentos e prestação de serviços	1.380.283	983.841
Venda de máquinas e peças novas	2.470	5.921
Venda de imobilizados usados	<u>111.094</u>	<u>60.642</u>
Receita operacional bruta	1.493.847	1.050.404
(-) Impostos incidentes sobre vendas	<u>(132.880)</u>	<u>(98.650)</u>
Receita operacional líquida	<u>1.360.967</u>	<u>951.754</u>
COFINS	(96.814)	(73.157)
PIS	(20.647)	(15.883)
ICMS	(218)	(418)
ISS	<u>(15.201)</u>	<u>(9.192)</u>
Total dos impostos sobre vendas	<u>(132.880)</u>	<u>(98.650)</u>

21. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<u>Custos</u>		
Pessoal	349.091	228.450
Depreciação e amortização	174.405	127.856
Insumos, peças e serviços de manutenção	89.864	69.124
Custo na venda ou baixa de imobilizado	76.258	37.613
Combustível e custos de transporte	36.208	32.697
Outros custos	<u>8.311</u>	<u>8.394</u>
Total	<u>734.137</u>	<u>504.134</u>
<u>Despesas</u>		
Pessoal	95.496	69.135
Depreciação e amortização	11.247	9.311
Despesas administrativas e comerciais	26.562	26.379
Locação de softwares	20.147	10.426
Despesas com assessores	7.639	6.302
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9.270	5.452
Outras (receitas) despesas, líquidas	<u>1.382</u>	<u>302</u>
Total	<u>171.743</u>	<u>127.307</u>

22. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<u>Receitas Financeiras</u>		
Rendimentos de aplicações financeiras	96.213	126.756
Outros	<u>2.843</u>	<u>218</u>
Total	<u>99.056</u>	<u>126.974</u>

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<u>Despesas Financeiras</u>		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	303.979	256.875
Atualização monetária sobre contas a pagar	5.565	9.310
Juros sobre arrendamento de direito de uso	10.340	5.756
Juros sobre fornecedores convênio	33.165	5.405
Outras	2.258	1.950
Total	<u>355.307</u>	<u>279.296</u>

23. LUCRO POR AÇÃO

O quadro a seguir apresenta a determinação do lucro líquido disponível aos detentores de ações e a média ponderada das ações em circulação utilizada para calcular o lucro básico e diluído.

A Companhia não possui transações que afetem a diluição do lucro.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<u>Numerador</u>		
Lucro líquido do exercício (a)	163.283	148.592
<u>Denominador (em milhares de ações)</u>		
Média ponderada de número de ações	346.016	345.618
Média ponderada de número de ações em tesouraria	(333)	(343)
Média ponderada de número de ações em circulação (b)	<u>345.683</u>	<u>345.275</u>
Lucro por ação - básico (em R\$) (a/b)	<u>0,47</u>	<u>0,43</u>
<u>Denominador (em milhares de ações)</u>		
Média ponderada de número de ações	346.016	345.618
Média ponderada de número de ações em tesouraria	(333)	(343)
Média ponderada de número de ações outorgadas	91	257
Média ponderada de número de ações diluídas (c)	<u>345.775</u>	<u>345.940</u>
Lucro por ação - diluído (em R\$) (a/c)	<u>0,47</u>	<u>0,43</u>

O efeito diluidor no lucro por ação é representado pelos planos de outorgas de ações demonstrados na nota explicativa nº 18.2 - Patrimônio Líquido, Reserva de Capital letra b.

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

24.1. Categorias de instrumentos financeiros

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<u>Ativos financeiros</u>		
Caixa e equivalentes de caixa	254.405	938.358
Aplicações financeiras	475.190	-
Contas a receber de clientes	325.596	237.500
Total	<u>1.055.191</u>	<u>1.175.858</u>

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<u>Passivos financeiros</u>		
Fornecedores e fornecedores convênio	396.304	284.240
Empréstimos e financiamentos	2.050.087	2.064.673
Arrendamento mercantil de direito de uso	86.633	75.150
Contas a pagar por aquisição de empresas	18.087	17.724
Total	<u>2.551.111</u>	<u>2.441.787</u>

24.2. Riscos financeiros e cambiais

As atividades da Companhia estão sujeitas a riscos de crédito e liquidez. Para assegurar que se tenha caixa suficiente para atendimento das necessidades operacionais, a Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez.

A Companhia não realiza transações relevantes com fornecedores estrangeiros. Não há exposição a riscos de câmbio em 31 de dezembro de 2023.

24.3. Análise de sensibilidade

Risco de taxa de juros

A Companhia obtém empréstimos e financiamentos junto às principais instituições financeiras para fazer frente às necessidades de caixa para investimento e crescimento. Em decorrência disso, a Companhia está exposta ao risco de taxa de juros referenciadas em CDI e SELIC e essa exposição está apresentada na nota explicativa nº15 - Empréstimos e Financiamentos.

A sensibilidade ao risco de aumento na taxa CDI e SELIC, que afetaria as despesas financeiras da Companhia, estão abaixo demonstradas, considerando os cenários com aumento de 25% a 50% da taxa CDI, tendo como base a taxa SELIC ao fim de dezembro de 2023 no patamar de 11,75%, conforme relatório Focus do Banco Central do Brasil de 15 de dezembro de 2023.

	<u>Saldo</u>			
	<u>31/12/2023</u>	<u>Cenário I</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Taxa do CDI médio para os próximos 12 meses		<u>11,75%</u>	<u>14,69%</u>	<u>17,63%</u>
Empréstimos e financiamentos não indexados a CDI e SELIC	441.094	492.923	505.880	518.837
Empréstimos e financiamentos indexados a CDI e SELIC	<u>1.643.037</u>	<u>1.836.094</u>	<u>1.884.358</u>	<u>1.932.622</u>
Subtotal	<u>2.084.131</u>	<u>2.329.017</u>	<u>2.390.238</u>	<u>2.451.459</u>
(-) Aplicações financeiras	<u>475.190</u>	<u>531.025</u>	<u>544.984</u>	<u>558.943</u>
Exposição líquida	<u>1.608.941</u>	<u>1.797.992</u>	<u>1.845.254</u>	<u>1.892.516</u>

Gestão de risco de crédito

As políticas de crédito fixadas pela Administração visam minimizar eventuais impactos decorrentes da inadimplência de seus clientes e visando diversificação de suas operações. Nenhum cliente isoladamente contribuiu com mais de 10% da receita operacional líquida.

Gestão de risco de liquidez

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, monitoradas periodicamente pela Administração. A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados (valor nominal com juros futuros):

	Até 1 ano	de 1 a 2 anos	de 2 a 3 anos	acima de 3 anos	Total
Fornecedores e fornecedores convênio	396.304	-	-	-	396.304
Empréstimos e financiamentos	218.235	262.562	254.211	1.479.524	2.214.532
Contas a pagar por aquisição de empresas	1.959	-	16.128	-	18.087
Arrendamento de direito de uso	18.679	32.844	21.768	113.948	187.239

25. COBERTURA DE SEGUROS

A Administração adota a prática de contratar cobertura de seguros por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, de acordo com a natureza de suas atividades, conforme demonstrado a seguir.

	Cobertura	Vencimento
Bens de Ativo Imobilizado	20.350	fev-25
Transporte	300.000	abr-24
Causas Cíveis	30.000	fev-25
D&O	70.000	jun-24
Responsabilidade Civil	8.074	nov-26

26. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

As transações que não afetaram o caixa estão demonstradas no quadro a seguir:

Classificação na Demonstração Financeira	Rubrica	N.E.	Natureza da Transação	31/12/2023	31/12/2022
Ativo	Imobilizado - Arrendamento de direito de uso	12.2	Efeitos do IFRS 16	18.043	45.964
Passivo	Imobilizado	12	Rescisão Contratual	18.043	45.964
Passivo	Fornecedores	14	Operações de Risco	389.720	-
Ativo	Imobilizado	12	sacado	389.720	-
Patrimônio Líquido	Plano de pagamento baseado em ações	17.2 b	Exercício de Opções de ações	3.297	-
Patrimônio Líquido	Ações em tesouraria	17.4		3.297	-
Ativo	Contas a receber - PCLD	8.3	PCLD – Perda efetiva	1.602	-
Patrimônio Líquido	Resultado do exercício	-		1.602	-

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 20 de março de 2024 foi realizada pela Companhia sua 4ª (quarta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, emitidas com base nos termos da Instrução CVM 160, para distribuição pública, no valor total de R\$694.350, emitidas sob o rito de registro automático de distribuição destinada exclusivamente a investidores profissionais.

Sob a Debênture incidirão juros remuneratórios em percentual correspondentes a 100% da variação acumulada da Taxa DI (Depósitos Interfinanceiros), acrescida de sobretaxa máxima de 1,90% ao ano. O valor nominal unitário das Debêntures será amortizado em três parcelas anuais a partir do 6º (sexto) ano contado da Data de Emissão, inclusive, conforme cronograma a ser previsto na Escritura de Emissão.

Os recursos obtidos com a Emissão serão destinados no curso normal dos negócios da Emissora, incluindo, mas não se limitando, para reforço de caixa e capital de giro da Companhia.
